



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680899 - RS (2021/0223261-0)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : LUCAS ENCINA TELLECHEA
ADVOGADO : LUCAS ENCINA TELLECHÊA - RS077498
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : IONARA DORNELES CHAVES (PRESO)
PACIENTE : TAIS DE MATOS QUEVEDO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de IONARA DORNELES CHAVES e de TAIS DE MATOS QUEVEDO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 5110707-08.2021.8.21.7000/RS).

As pacientes foram presas em flagrante em 24/06/2021 pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006. O flagrante foi convertido em prisão preventiva.

Impetrado prévio *writ* na origem, a liminar foi indeferida.

O impetrante sustenta que os delitos em apuração não seriam cometidos com violência ou grave ameaça contra pessoa, nem haveria nos autos menção por parte dos policiais que atuaram no flagrante de que estivesse ocorrendo comercialização de droga no momento do cumprimento do mandado de busca e apreensão.

Afirma que a paciente IONARA é mãe de dois menores de idade (de 9 e 2 anos), os quais residem com a acusada e necessitam de seus cuidados, acrescentando que a filha menor ainda estaria em amamentação.

Aduz que a paciente TAÍS estaria apenas visitando a tia Ionara, além de ser primária, possuir residência fixa em outro local e também ser mãe de uma menor de 4 anos de idade.

Assevera que a segregação cautelar não estaria devidamente fundamentada, pois não teria analisado as condições pessoais de cada acusada, nem indicado elementos

concretos que demonstrem o risco da manutenção das pacientes em liberdade.

Alega que a prisão seria desnecessária, entendendo que poderiam ser aplicadas medidas cautelares diversas ou a substituição pela prisão domiciliar, com fulcro nos arts. 318 e 319 do Código de Processo Penal.

No mais, aduz que a defesa não teve acesso ao expediente nº 5001340-32.2021.8.21.0054, referente ao mandado de busca e apreensão, o qual já teria sido cumprido.

Requer, liminarmente, o relaxamento da segregação cautelar das pacientes, ante as alegadas irregularidades ocorridas no procedimento, além de acesso ao expediente nº 5001340-32.2021.8.21.0054. Subsidiariamente, a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas da prisão ou por prisão domiciliar.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para relaxar, revogar ou substituir a prisão preventiva das pacientes por prisão domiciliar, nos termos do arts. 318,III e V e 318-A, ambos do Código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente